

marxismo21

divulgando a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo

<https://marxismo21.org>

O protofascismo – arranjo institucional e policialização da existência

Virgínia Fontes*

Sabemos que há enorme diferença entre um presidente eleito com discurso fascista, a disseminação de práticas de cunho fascista e a institucionalização de um regime fascista. Não necessariamente o primeiro caso leva ao último, e espero que não. Tampouco é sensato não debruçar-se sobre os sinais que indicam traços de fascistização que já vem ocorrendo, pois parece haver gravidade suficiente no que se pode observar, desde o ponto de vista do reordenamento do Estado brasileiro pelo governo Bolsonaro. Está em curso um redesenho constitucional e institucional, realizado tanto por meio de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Decretos, leis, além de subterfúgios administrativos. Este ensaio propõe uma primeira interpretação – sujeita a debates - sobre a reconfiguração em curso do formato institucional do Executivo brasileiro e algumas de suas consequências.

Alguns (ingênuos? oportunistas?) esperavam a apresentação de um projeto de nação a partir da posse de Bolsonaro, ou ao menos a domesticação de seus traços mais ferozes. Não foi o que ocorreu. O que há é um projeto explícito e já em curso de destruição dos espaços de dissensão e de debate, e um enrijecimento frente a quaisquer reivindicações de teor popular. A velocidade e a profundidade desse enrijecimento depende de elementos ainda não total e diretamente controlados pelo governo, tais como o parlamento, os dispositivos constitucionais, a atuação dos governadores, a posição do STF e das múltiplas formas de resistência e enfrentamento populares. O STF, aliás, conserva pequeno grau de autonomia, em que pesem as ameaças diretas dos integrantes do alto escalão militar e a infinidade de ataques através das redes sociais, ao que tudo indica comandadas também desde o interior do governo.

Desde os primórdios, o atual governo é bifronte e amparado por duas patas destinadas ao emprego da violência (repressão e comunicação). A cabeça bifronte é radicalmente doutrinária e sectária, tanto na concepção de mundo quanto na economia. Para sustentar tal cabeça, estabeleceu uma retaguarda brutal e estreitamente alinhada.

* Professora de História da Universidade Federal Fluminense, integra o NIEP-Marx. Membro do Conselho Consultivo de marxismo21

Janus macrocéfala

Trata-se de cabeça desproporcionada. A dupla face reúne de um lado as pregações proto-nazistas supostamente anti-sistêmicas, ataca diuturnamente um inventado ‘marxismo cultural’, além de realizar pregações bíblicas descontextualizadas. É virulenta e imprevisível. A segunda face professa um ultra-liberalismo totalmente amoral. Essa junção conservadora-liberal parece estranha a alguns, mas está evidenciando a proximidade contemporânea entre a expansão do capitalismo e os requentados traços nazi-fascistas, o que a história pessoal de Paulo Guedes já demonstrava, desde sua vivência no Chile de Pinochet. Sem falar do profundo desprezo pela democracia ou pela vida das grandes maiorias da população insistentemente pregados por grupos ultraliberais, como os da Escola de Chicago ou os ligados à Sociedade Mont-Pélerin. A conexão entre o ultraliberalismo econômico-filosófico e o fascismo é um dos temas mais importantes da atualidade.

A cabeça bifronte do governo Bolsonaro é hipertrofiada e exige fidelidade integral, de maneira declarada, permanente e a qualquer custo, com ‘a faca nos dentes e sangue nos olhos’, tanto do ponto de vista doutrinário quanto econômico.

Há uma extrema centralização das decisões, operacionalizada pelo desde o alto pelo estrangulamento econômico e pelas exigências de obediência. Não há preocupação com a explicitação dos problemas que acometem a população nem debates públicos sobre as atividades efetivas realizadas por cada ministério. Essa centralização redesenhou o Executivo Federal brasileiro, aproximando-o do período ditatorial. Na ditadura empresarial-militar iniciada em 1964 o perfil ministerial se pretendia ‘técnico’ e ‘neutro’, e mesmo se o empresariado participou de maneira direta de operações de repressão, esses “detalhes” eram ocultos pela censura. No governo Bolsonaro os cargos se perfilam de maneira imediata com o controle doutrinário-econômico-sectário e com as patas da violência. A truculência é uma exigência explícita do governo. O redesenho institucional, feito por meio de decisões administrativas, vem explicitamente eliminando a presença dos setores subalternos organizados e de seus interesses no interior do Executivo, além de incorporar ou excluir seletivamente grupos (empresariais ou de setores médios) não afinados ou alinhados com o governo. Os ministérios formatam de maneira bizarra esse corpo desproporcionado, e podem ser divididos em três grandes grupos.

Cada face da cabeça bifronte dirige um grande grupo ministerial, sendo o núcleo central da primeira face o superministério da Economia, dirigido pelo banqueiro Paulo Guedes, que controla a antiga Fazenda, o Planejamento, Indústria e Comércio Exterior e o antigo Ministério do Trabalho (de fato, eliminado). A ele se agrega o Ministério da Agricultura, liderado pela latifundiária do agronegócio Tereza Cristina, que absorveu, a exemplo do ministério da Economia, o antigo Ministério do Desenvolvimento Social, voltado para a pequena agricultura e a Reforma Agrária,

subordinando as reivindicações populares, indígenas e quilombolas ao controle direto exercido em nome da grande propriedade.

Trata-se da tradução direta de interesses empresariais, e essa ‘condensação’ de poder econômico é o único setor que conta com maior grau de autonomia, o que se evidencia pelas diversas polêmicas que já abriram com o governo, sobretudo impondo inflexões em eventuais decisões do ‘capitão’ que consideraram prejudicar seus interesses diretos. Como exemplo, bloquearam o deslocamento da embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, insistiram sobre a importância das relações econômicas com a China, cuidaram para não romper os elos econômicos com a Argentina, etc. Seguindo já histórica tradição empresarial no Brasil, expressam seus limites sem constituir grupos públicos de debate e de contraditório sobre tais interesses, embora parcela da mídia proprietária ecoe suas exigências. É razoável supor, portanto, que as decisões principais ligadas ao grande capital sejam tomadas por fora do âmbito institucional, através de contatos diretos de inúmeros formatos. Também aqui a direção é doutrinária e exercida despoticamente pelo viés do estrangulamento econômico dos setores dominantes renitentes e, principalmente, pela captura do fundo público, em especial dos recursos destinados aos setores populares. Este grupo ministerial oculta as tensões entre os setores dominantes, ao selecionar grupos contra os quais ataca de maneira aberta mas, de fato, agir extra-institucionalmente assegurando os interesses econômicos inclusive de desafetos, além de ecoar a pauta reacionária e fornecer os meios para silenciar oposições.

A segunda face é totalmente doutrinária e regrupa praticamente todos os demais ministérios, com exceção daqueles voltados para a violência (ver abaixo). O que adquiriu maior visibilidade (mesmo se negativa) foi o Ministério das Relações Exteriores. Destacam-se aqui também a diuturna devastação de conquistas e direitos históricos levada a efeito pelos Ministérios da Educação, do Meio Ambiente e da Mulher, Família e Direitos Humanos, dentre outros. Este grupo de ministérios foi organizado a partir da estrita obediência doutrinária ao ‘capitão’ (e seu grupo familiar), como o chamam durante as ‘lives’ (transmissões ao vivo) semanais. Há várias eminências pardas, como Olavo de Carvalho ou alguns oficiais gerais, mas seu alcance dependeu até aqui de decisões arbitrárias de Jair Bolsonaro. As ‘lives’ semanais são instrutivas da cadeia de comando e hierarquia desse governo. Não há apresentação de informações substantivas ou debates com posições contraditórias; não há sequer explicitação clara dos projetos e/ou dificuldades governamentais. Foram substituídos por uma falsa intimidade e ambiente pretensiosamente modesto, onde os integrantes ministeriais ou de alto escalão apenas reiteram as ordens emanadas do ‘capitão’ e riem das suas péssimas piadas. Também parecem obrigados a declarar seu incondicional apoio às diatribes e ataques presidenciais, esgrimidos à torto e à direito. A doutrina não se esgota aqui, e devem devoção aos ditames econômicos.

Os ministérios perdem sua substância original, não mais reunindo capacidade de debater e informar a população, apenas desdobrando-se entre o perfilamento doutrinário e a obediência econômica, para satisfazer apetites específicos e contemplar setores de apoio ao governo, como as Igrejas, policiais, ou garimpeiros, por exemplo. Não se destinam a resolver problemas – ainda que tensos e contraditórios – da vida nacional, mas a impor uma formatação de cima para baixo ao conjunto da população, eliminar suas fontes de organização e de liberdade, além de exacerbarem a divulgação da pauta proto-fascista.

Para assegurar-se de tal subserviência, escandalosas demissões foram exemplares em todos os sentidos, pois demonstraram à exaustão a exigência de fidelidade acima da verdade e a obediência acima das questões nacionais, além do uso da violência, com ameaças e chantagens, inclusive sobre militares, ou as chantagens feitas por generais frente ao STF, e xingamentos, desqualificações públicas, grosserias as mais diversas, etc.

Vale lembrar que – capitaneados pela família Bolsonaro – esses dois grupos de ministérios, de concentração do poder de certos grupos do capital, de expurgo e de doutrinação vem estabelecendo redes internacionais com os os setores conservadores e proto-fascistas da América Latina, dos Estados Unidos e mesmo da Europa. Subalternos frente aos Estados Unidos de Donald Trump e seus ideólogos, pretendem exercer papel de direção doutrinária frente a outros países da América Latina e até mesmo da Europa.

As patas - violência e silenciamento

As patas de suporte constituem o que venho chamando de Ministério da violência, e sua composição é talvez a mais peculiar. Apenas de maneira nominal, a justificativa oficial de tal centralização é o combate à corrupção e à criminalidade. Seu polo mais visível foi a criação de um novo superministério, o da Justiça, sob comando de Sergio Moro, que dirige também as polícias. A este grupo agrega-se o Ministério da Defesa e a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, liderada por Fabio Wajngarten. A comunicação do governo Bolsonaro é extremamente agressiva e avança sobre o controle da imprensa proprietária, intimida jornalistas, mantém campanhas diretas através de redes sociais com teores anti-democráticos e fascistizantes. Mais grave, vem tentando replicar a implantação de canais diretos de comunicação (como ocorreu nas eleições), agora com os funcionários públicos, com a prática de remessa de e-mails diretos para os servidores. As propostas de uso dos dados públicos (inclusive com a possibilidade da privatização do Serpro e da Dataprev) ameaçam capturar, para uso publicitário em prol do governo, os dados da grande maioria da população. O que tradicionalmente chamávamos de comunicação se converteu

numa arma de guerra permanente, que controla de maneira arbitrária os recursos públicos e os destina a amigos, mas que pode vir a curto-circuitar inclusive a mídia tradicional, aliada ou não.

Esse conjunto díspar tem como função não apenas exercer o controle direto do aparato repressivo do Estado, mas também *incitar e/ou autorizar o uso da violência direta para-estatal, por seus seguidores (quer sejam grandes proprietários ou aliados ideológicos), eximindo-os a priori das consequências de seus atos*. Em outros termos, seu papel é reafirmar a violência estatal e para-estatal, e assegurar sua impunidade.

Reordenação do Estado, policialização e proto-fascismo

Como se observa, houve um imediato aparelhamento do conjunto do Estado, feito em paralelo a uma disseminação difusa de informações truncadas, falsas ou semi-verdadeiras, inclusive através das sistemáticas *lives* presidenciais, desprovidas de função oficial e destinadas unicamente à propaganda. A tendência é eliminar de qualquer espaço público a existência de um efetivo debate contraditório. Os órgãos de controle, de informação, de repressão e de violência estatal estão submetidos à retomada das práticas de mando ditatoriais, procurando eliminar os processos de obediência constitucional, substituídos pela decisão hierárquica, acompanhada de “mimos”, ou seja, de facilitações salariais e de carreira, sobretudo para as altas patentes.

Quero me deter no aspecto policial e militar e na justificativa de combate à criminalidade e à corrupção. Estamos diante exatamente do avesso de tais propostas, ou seja, do fomento governamental à ilegalidade e criminalidade abertas, com endosso explícito às práticas historicamente corrompidas nos diversos setores da vida econômica e social, em especial dos setores ditos de “segurança” pública. Cargos públicos tendem a se tornar fontes de recursos para alguns grupos civis, policiais e/ou militares, reconvertidos em “empresários”.

A proximidade do presidente com os porões da ditadura é conhecida e nem mesmo ela suportou os odores que Bolsonaro exalava, tendo-o exonerado em 1988. Ele, entretanto, reitera sua adesão às piores práticas da ditadura, inclusive através das homenagens a um dos maiores torturadores da história pátria. A intimidade da família Bolsonaro com as milícias do Rio de Janeiro é mais do que comprovada. A família realizou seguidas homenagens a milicianos, inclusive com empregos parlamentares oferecidos diretamente ou aos seus familiares, assim como seguidas visitas aos setores policiais mais truculentos do Rio de Janeiro. Isso sem mencionar a execução de Marielle Franco e de Anderson Gomes, cuja investigação patina há mais de um ano. Já é suficientemente conhecido que as milícias envolvem policiais militares, policiais civis e até mesmo bombeiros, que a justificam como oferta de segurança ‘privada’ para complementar salários. Vale destacar que a grande mídia proprietária, ao falar de milícias, assinala apenas o território do Rio de Janeiro onde,

de fato, tal prática assumiu enormes proporções¹. Mas silencia sobre a existência de milícias de vários tipos agindo em todos os Estados do país, a começar pelas guardas armadas de grandes proprietários rurais.

Uma das promessas de campanha de Bolsonaro dizia respeito exatamente a assegurar um excluyente de ilicitude para policiais, e ela vem insistentemente sendo reiterada, apesar de até agora não ter conseguido emplacar completamente sua intenção.

Vários analistas assinalaram a proximidade de Bolsonaro com as baixas patentes das Forças Armadas (especialmente no Exército) ao longo de sua campanha eleitoral², o que talvez tenha sofrido arranhões com a exclusão dos praças de benefícios atribuídos aos altos coturnos no processo de reforma da previdência³.

No entanto, a intenção reiterada da exclusão de ilicitude já era uma prática quase corriqueira. Agora está exaltada e sendo praticada abertamente antes mesmo de sua definição legal, implicando a redução de consequências para crimes policiais ou militares ou mesmo seu estímulo⁴. Em 21 de novembro de 2019, foi encaminhado pela presidência da República novo projeto de lei estabelecendo novas normas aos “militares e agentes” em operações da GLO (Garantia da Lei e da Ordem), autorizando assassinatos sem julgamento a partir de critérios vagos e frouxos. Além disso, Bolsonaro cogita da criação de uma GLO do campo, para apoio aos grandes proprietários⁵. Em outros termos, propõe uma verdadeira legalização da jagunçada e das equipes altamente tecnológicas de ‘segurança privada’ que já atuam no campo brasileiro há décadas, intimidando, assediando e assassinando pequenos trabalhadores rurais, militantes sociais, religiosos e outros que se interponham nas arbitrariedades dos grandes proprietários. Até aqui, pareciam ser toleradas, uma vez que não houve o seu enfrentamento por parte dos governos anteriores. Agora, tendem a ser exaltadas e explicitamente admitidas.

O então partido de Bolsonaro – o PSL – impulsionou a eleição de diversos policiais que são também proprietários de seguranças privadas (como o Major Olímpio)⁶.

Um dos principais programas propostos por Bolsonaro é o que chama de ‘escolas cívico-militares’, ou seja, de escolas *policializadas*. Insisto no termo, pois não se trata de escolas militares (mantidas pelas Forças Armadas), que têm maiores custos para o setor público e ensino de maior qualidade, mas do controle *policial* sobre o ambiente escolar, a baixo custo. Não são escolas

¹ Ver a excelente entrevista de José Claudio Souza Alves, parcialmente reproduzida em <https://exame.abril.com.br/brasil/no-rio-de-janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-estado/>, 31/01/2019.

² (<https://epoca.globo.com/brasil/o-que-pensa-cupula-militar-brasileira-23878357>, 15/08/2019), acesso 23/11/2019

³ <https://piaui.folha.uol.com.br/quero-ver-bolsonaro-se-eleger-so-com-voto-de-general/> 22/10/2019). Acesso 24/11/2019

⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/24/politica/1558649132_143547.html, 24/05/2019. Acesso 23/11/2019.

⁵ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/25/bolsonaro-avalia-criacao-de-glo-do-campo-para-reintegracao-de-posse-em-areas-rurais.ghtml>, 25/11/2019. Acesso mesma data.

⁶ <https://theintercept.com/2018/10/04/major-olimpio-empresas/>, acesso 23/11/2019.

militares, mas policializadas! Além disso, não se oferece uma ‘escolha’, mas se pretende uma imposição às famílias⁷

Vale acrescentar as dimensões do contingente de policiais e para-policiais atuando na segurança privada. Com dados já antigos, e que merecem atualização, em excelente livro publicado em 2013, destacava-se que havia então 1.498 empresas legalizadas de segurança privada, com mais de 500 mil vigilantes. Este policiamento privado legal procurava legitimar-se pelo emprego de grande número de agentes públicos (na ativa ou aposentados)⁸. Isso sem falar dos inumeráveis seguranças privados precarizados, que povoam os bairros das grandes e médias cidades, muitas vezes agenciados de maneira informal por policiais ou militares (da ativa ou da reserva), que também se consideram “empreendedores”.

A esses elementos se agrega a defesa da liberação de armas e de munições – a arma foi o símbolo de campanha de Bolsonaro. Pode-se inferir que parcela desses compradores são os que já manejam armas em seu cotidiano, para uso doravante pessoal, tanto nos campos como nas cidades.

Como se observa, o governo Bolsonaro está impulsionando práticas – dramáticas – mas que já estavam em curso na sociedade brasileira, onde o fosso das desigualdades se mantinha na hipocrisia do horror à morte e à tortura, mas na admissão de sua prática seletiva cotidiana. O que vem sendo defendido e praticado pelo atual governo é seu estímulo e legitimação, é sua intensificação e o aumento de sua escala. Parece haver alterações também nas formas de seu comando, que se deslocam da hierarquia institucional para a obediência e fidelidade a ‘chefias’ que podem ou não integrar diretamente as forças policiais e militares, mas prestam fidelidade ao ‘capitão’. Há uma reordenação institucional no sentido de estimular e de direcionar – ainda que de maneira difusa – um empresariamento da ‘segurança’ e da policialização/milicialização, seja em ambiente público (escolas), seja no setor privado. As permanentes justificativas de exclusão de ilicitude para assassinatos realizados por homens de “bens”, a difusão e o estímulo aos cursos de tiro, cuja sociabilidade tende a ser policialesca e, enfim, a policialização da existência apontam para a constituição de uma milicialização contra a população.

O quadro apresentado parece sombrio? E de fato é. Não obstante, perduram contradições e o processo está em curso. Alguns fenômenos, em especial, constituem obstáculos poderosos: o primeiro é a crescente resistência aos assassinatos de jovens, especialmente negros, nas periferias das grandes cidades. As mães e os familiares dos jovens – e crianças – abatidas tem dado provas de enorme coragem e desassombro. Talvez, diante desses formidáveis exemplos e da ameaça da generalização de tais procedimentos, os setores médios das grandes cidades comecem a despertar e

⁷ <https://exame.abril.com.br/brasil/governo-quer-216-escolas-civico-militares-e-bolsonaro-fala-em-impor-modelo/> 06/09/2019. Acesso 24/11/2019.

⁸ BRITO, Felipe e OLIVEIRA, Pedro Rocha de. *Até o último homem*. SP, Boitempo, 2013, p. 227

reajam mais solidariamente. É preciso ceifar pela raiz este histórico de repressão seletiva na sociedade brasileira. Já há indicativos do aumento dessas lutas, e precisamos enfrentar muitos anos de descaso e de discriminação múltipla, a começar pelos locais de moradia, mas chegando na tragédia do racismo brasileiro.

Também provavelmente ocorrerão tensões entre os integrantes das Forças Armadas, inclusive de baixo escalão, diante da possibilidade de uma liderança policializada, quer ela ocorra de maneira sutil, quer se abata também sobre eles.

Entre os próprios policiais, civis e militares, há movimentos não apenas para afastar-se e denunciar as práticas fascistas, mas para alertar os companheiros de que os benefícios não serão para eles, enquanto trabalhadores. Os recursos liberados destinam-se sobretudo a aumentar sua produtividade e expô-los a novos problemas e riscos.

Outro tema gravíssimo é o do uso dos postos públicos como trampolim – e base – para o empresariamento das atividades públicas. Essa prática foi disseminada pelos Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais em larga escala no Brasil das últimas décadas, tendo sido mais estudada no âmbito da educação⁹. Ela foi abertamente utilizada por Deltan Dalagnol, que instaurou uma Fundação (sem fins lucrativos, mas não sem fins engordativos) para capturar bilhões provenientes da recuperação de recursos desviados da Petrobrás. Foi – ao menos por enquanto – brecado em sua iniciativa. Ora, a disseminação de tais práticas para os setores armados (na ativa, na reserva, legais e/ou ilegais) escancaram enorme brecha de insegurança e instabilidade para todas as áreas da vida social, inclusive para o empresariado, que se torna – ele também – refém de tais setores.

A sociedade brasileira é extremamente desigual, mas sua grande maioria é composta de trabalhadores e repudia práticas fascistas. E por isso é preciso mostrar onde começam tais práticas e que riscos nos trazem. A todos nós.

⁹ Ver diversos textos de minha autoria sobre o tema in: www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br